

Secretário da Comissão defende a manutenção do estado de emergência

BRASILIA — A manutenção das medidas de emergência na próxima Constituição, como forma de salvaguarda que considera mais branda do que o estado de sítio, foi defendida ontem pelo Professor Ney Prado, Secretário Geral da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e coordenador do comitê temático sobre "Defesa do Estado, da sociedade civil e das instituições democráticas".

Ney Prado disse ser contrário e chegou a considerar um absurdo a tentativa de revogação das medidas de emergência e do estado de emergência, através da emenda à Constituição do Deputado Lélío de Souza (PMDB-RS), que foi votada no ano passado apenas na Comissão Mista.

Ele defendeu uma revisão nos dispositivos constitucionais que definem o estado de emergência, as medidas de emergência e o estado de sítio, concordando em que devem ser abrandados os casos de sua aplicação, bem como aumentada a participação dos poderes Legislativo e Judiciário, que integrariam, dessa forma, o sistema de segurança das instituições.

— As salvaguardas do Estado existem para garantir a segurança da sociedade e não para agradi-la — disse Ney Prado, lembrando que as medidas e o estado de emergência não são arbitrários, "porque quem os usar arbitrariamente será res-

ponsabilizado pela lei". Ele disse não compreender por que há uma reação tão forte contra as medidas de emergência já que, a partir de agora, elas passarão a ser determinadas por um Presidente da República civil e sabe-se que serão contidas, para evitar abusos.

Nesse sentido é que Ney Prado prega a revisão das salvaguardas do Estado — nunca sua revogação, como querem os congressistas — adaptando-as à realidade do regime democrático e ampliando também as responsabilidades dos Poderes na sua aplicação.

O comitê temático sobre "Defesa do Estado, da sociedade civil e das instituições democráticas", coordenado por Ney Prado, reúne-se no próximo dia 22, na sede da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, na sede do Banco Central, no Rio, para ouvir, em duas sessões, depoimentos de especialistas ligados à área de segurança nacional.

Pela manhã, os sete membros do comitê ouvirão exposições do Coronel Newton Viana, Comandante da Polícia Militar de São Paulo, do Coronel Leonel Arcanjo Afonso, Comandante Geral da Polícia de Minas Gerais; e de Ciro Vidal Soares da Silva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia. A tarde serão ouvidos representantes, que serão ainda indicados pelos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica.